



CAMINHOS DA CIDADANIA

**Com a sua
participação,
teremos um Estado
mais justo, eficiente
e democrático.**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

Apresentação

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/2000), a Lei Complementar nº. 131/2009 e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.527/2011), estimularam os Governos Federal, Estaduais e Municipais a adotarem condições adequadas para que os direitos e os deveres dos cidadãos sejam postos em prática com maior intensidade.

Nesse sentido, o Governo do Estado do Ceará, através da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), adotou providências que darão suporte a uma grande mudança cultural quanto ao exercício do controle social, por parte da sociedade, instituindo diversas ações e projetos.

Nesse cenário, o Projeto de Educação Social, cujo propósito é fomentar o fortalecimento da cidadania, visando elevar o nível de educação social a partir da conscientização da população quanto aos seus direitos e deveres, desenvolvendo o exercício do controle social nas ações do Governo Estadual.

A CGE em parceria com a Secretaria de Educação ministra palestras nas escolas estaduais de ensino médio.

Com base nesta cartilha “Caminhos da Cidadania”, proporcionamos a esses jovens um maior conhecimento, despertando neles o efetivo controle social.

Objetivamos, assim, proporcionar a você a importante função de Agente da Cidadania.

Seja mais um parceiro nosso, na luta para assegurar uma gestão ética, solidária, transparente, sedimentada no diálogo, emprestando serviços públicos de excelência e qualidade.

ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO NETO

Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral

O que é cidadania?

Na idade antiga (Grécia e Roma) a cidadania se referia principalmente a questões ligadas à nacionalidade e ao direito de escolher os governantes, sobretudo para os que possuíam muitas riquezas. Atualmente, a cidadania representa as muitas formas que um cidadão tem de participar da gestão pública e, assim, contribuir para um Estado mais justo, eficiente e democrático.

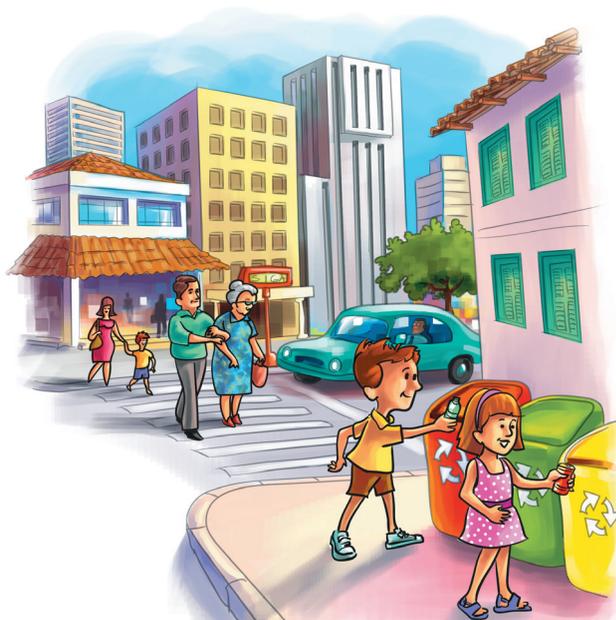
4

É um fundamento previsto na nossa Constituição, que envolve direitos e deveres a serem exercidos por todos nós. Todo cidadão tem direito a serviços públicos de qualidade, como saúde, educação, cultura, assistência social, segurança, dentre outros. O cidadão também tem o dever de respeitar as leis, além de zelar pelos bens, equipamentos e logradouros públicos tais como: avenidas, equipamentos de lazer, unidades de saúde e assistência social, escolas, praças e tudo mais que estiver relacionado ao patrimônio e ao bom funcionamento do serviço público.

O exercício da cidadania é capaz de tornar o cidadão mais consciente, responsável e apto para modificar a realidade social. É a partir desse exercício que devemos lutar para que nossos direitos sejam postos em prática. Para tanto, o cidadão pode participar da gestão pública e fazer o controle social.

Pequenas ações, como não utilizar os assentos e vagas reservados para idosos e portadores de deficiência, também são exercício de cidadania. Busque pelos seus direitos, mas busque também pelo direito de todos, principalmente dos menos favorecidos.

5



Processo Eleitoral

A escolha dos governantes representa um ato de cidadania que interfere diretamente na vida de todos. Está escrito no primeiro artigo da Constituição “Todo poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos”. A redação desse artigo define nosso regime político: a democracia participativa.

Podemos atuar diretamente na vida política do país por meio de plebiscito, referendo e iniciativa popular na elaboração de leis. O plebiscito é uma consulta sobre matéria de interesse público para que os cidadãos decidam antes da elaboração da lei que tratará sobre o assunto. No referendo, os cidadãos decidirão sobre a matéria após a aprovação do projeto de lei ser realizada pelo Congresso Nacional. Por sua vez, a iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, realizada por pelo menos um por cento dos eleitores do país. A Lei da Ficha Limpa, por exemplo, foi uma lei de iniciativa popular aprovada pelo Congresso Nacional, que impede a eleição de pessoas condenadas por corrupção.

Em relação aos governantes, eleger representantes que defendam o interesse do povo e acompanhar o mandato de cada um deles é fundamental para o fortalecimento da democracia. Nem sempre tivemos a liberdade de escolher quem seriam nossos governantes. Portanto, o voto deve ser valorizado e ocorrer de forma responsável para que as políticas de educação, saúde e segurança sejam executadas função de nossas necessidades. O seu voto tem o poder de melhorar a vida no seu bairro, na sua cidade, no seu estado e no país. Conheça as propostas e o histórico dos candidatos e vote consciente. Participe!

7



Quer fazer a diferença? Então faça o Controle Social.

O Controle Social é o seu direito de participar do planejamento e da priorização das demandas sociais, do acompanhamento e do controle das políticas e ações de governo e, ainda, da fiscalização e execução. É a mais legítima forma de garantir que o dinheiro público seja aplicado para atender as necessidades priorizadas pelo cidadão.

Quando o cidadão descobre o poder que possui e sua responsabilidade junto à sociedade, percebe que é capaz de fazer toda a diferença. Sociedades cuja população exerce o direito de controle evidenciam uma melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados.

Não apenas durante o período eleitoral podemos participar dos processos decisórios. As decisões relativas à melhoria da comunidade onde vivemos são tão importantes quanto à escolha dos governantes. Participação, além de ser um direito, é fundamental para que possamos reivindicar melhorias para as questões mais urgentes do nosso dia a dia.

Nesta cartilha, você vai aprender as muitas maneiras de fazer o Controle Social e entender como isso faz toda a diferença para transformar a realidade social, ajudando a resolver o grave problema da corrupção e a divulgar a ética na sociedade.

Corrupção é mais do que desviar dinheiro público: é um desvio de conduta.

A palavra corrupção tem origem latina e deriva da palavra “corruptus”, que significa quebrado ou podre. Desviar dinheiro público é, infelizmente, uma das muitas formas de corrupção, que podem incluir ações como suborno, extorsão, nepotismo, lavagem de dinheiro, etc. A corrupção é uma ação que visivelmente se configura como um ato ilegal, um problema relacionado à falta de ética.

- 9 A corrupção não é exclusiva de países pobres. Todos os países apresentam algum grau de corrupção, entretanto nos países não democráticos e nos quais os governos não atuam com transparência é mais comum observar esse problema.

Quando o dinheiro público é desviado, a população deixa de receber os bens e serviços que seriam ofertados pelo Governo. A corrupção afeta ainda o desenvolvimento social e econômico, além de deixar um rastro de injustiça que prejudica a vida em sociedade. A corrupção é crime.

Ética: uma palavra que traduz as melhores atitudes.

A ética é um conjunto de valores morais e princípios sociais que norteiam a conduta humana na sociedade. Ter ética é ser honesto, justo, solidário e bondoso com os outros. Já a falta de ética pode resultar em atitudes nocivas, que podem deformar a personalidade do cidadão.

10

A ética também pode ser aprendida no processo educativo, pois é uma área da filosofia que estuda a melhor forma de se viver em sociedade, a partir de normas, costumes e hábitos (moral) e da definição do que é certo e errado.

Uma sociedade sem compromisso com valores éticos, em que as pessoas ignoram as individualidades dos seus semelhantes, é uma sociedade corrompida. Portanto, pratique a ética.

Você sabe como fazer o Controle Social?

É fácil. Basta acessar as informações públicas e utilizar os instrumentos de participação e transparência que o Estado disponibiliza.

Você pode participar de forma organizada com um grupo de pessoas, por meio de um grêmio estudantil ou associação de moradores, ou mesmo de forma independente, sozinho. Algumas ferramentas permitem até você não se identificar, quando achar que possa sofrer algum tipo de pressão.

11

Os instrumentos de participação e transparência se constituem em:

- Portal da Transparência - Plataforma Ceará Transparente;
- Acesso à Informação;
- Ouvidoria;
- Processo Eleitoral;
- Plano Plurianual - PPA Participativo e Regionalizado;
- Conselhos de Políticas Públicas;
- Conferências Públicas.

Você pode sempre buscar informações na Plataforma Ceará Transparente; por meio do Telefone 155 (ligação gratuita); através das redes sociais (Twitter, Facebook e Instagram), ou ainda pelos sites institucionais, contando sempre com o apoio da Ouvidoria. Você também pode ajudar a produzir o Plano Plurianual - PPA Participativo e Regionalizado, fazer parte dos Conselhos de Políticas Públicas, além de participar das Conferências sobre Políticas Públicas (saúde, educação, assistência social, dentre outras) e também do Processo Eleitoral.

12



O primeiro passo para a sua participação é ter acesso à informação.

Vivemos num período de grande produção de informações, com maior democratização da expressão e pensamento, principalmente nas mídias sociais, onde as pessoas costumam emitir opiniões sobre fatos políticos. Por outro lado, ocorre também a produção sistemática de conteúdos falsos que contribuem para a desinformação, as chamadas *fake news*.

13

O termo tem origem da língua inglesa e se tornou popular em todo o mundo para denominar informações falsas que são publicadas. A divulgação de *fake news* pode interferir negativamente em vários setores da sociedade, como saúde, segurança e no processo eleitoral. O acesso à informação é essencial para o exercício da cidadania, especialmente quando decorrente de fontes seguras.



Dicas para identificar notícias falsas



**Verifique a fonte da notícia**

Para saber se o conteúdo é verdadeiro, consulte os canais oficiais do Governo do Ceará

**Leia o texto completo**

Conteúdos falsos podem ser publicados com título ou subtítulo fora de contexto

**Observe a data da publicação**

Notícias desatualizadas costumam ser utilizadas como embasamento para fake news

**Não confie em áudios, imagens e vídeos encaminhados no Whatsapp**

Busque a mesma informação nos sites oficiais do Governo ou em jornais de grande circulação

Em relação ao poder público, o acesso à informação é um direito de todo cidadão, garantido por lei. É obrigação de todos os órgãos disponibilizarem as informações referentes à sua área de atuação, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos Governos Federal, Estadual, Distrital e Municipal, além do Ministério Público. Assim como as Organizações Não Governamentais - ONGs, que devem sempre prestar informações sobre a aplicação de recursos públicos. Por isso, questione, descubra e se informe.

Quando o Governo e os órgãos de sua estrutura disponibilizam informações que são de interesse público, nos sites e portais, independentemente de pedido, está se praticando a Transparência Ativa. Já quando a informação é fornecida a partir de uma solicitação de informação do cidadão, trata-se de Transparência passiva.

14

Você pode ter acesso às informações públicas na Plataforma Ceará Transparente - o Portal da Transparência do Governo do Estado - ou nos sites institucionais dos órgãos e instituições. É possível solicitar informações de seu interesse por meio do Ceará Transparente e pelos Serviços de Informação ao Cidadão de cada órgão. Além disso, a plataforma permite que os cidadãos manifestem suas críticas, denúncias, elogios e sugestões por meio do canal de Ouvidoria, bem como disponibiliza a Carta de Serviços aos Usuários do Serviço Público, que tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelos órgãos e entidades do Estado, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Você conta com os Serviços de Informação ao Cidadão - SIC e de Ouvidoria em todos os órgãos e entidades do Governo do Estado.

Plataforma Ceará Transparente

A Plataforma Ceará Transparente contém as informações atualizadas diariamente sobre a Gestão Pública acessíveis a qualquer cidadão. As informações contidas na plataforma encontram-se em linguagem clara e cidadã.

Os objetivos da Plataforma Ceará Transparente são:

- Possibilitar que o cidadão se torne um fiscal das ações públicas;
- Contribuir para a boa e correta aplicação dos recursos públicos;
- Aumentar a transparência da gestão e o consequente combate à corrupção;
- Divulgar informações sobre o potencial de bons investimentos do Ceará;
- Facilitar o acesso do cidadão aos órgãos estaduais.

15



CEARÁ Transparente



Consulte a Plataforma Ceará Transparente - o Portal da Transparência do Governo do Estado do Ceará.

www.cearatransparente.ce.gov.br

Ouvidoria

A Ouvidoria é a mediadora eficaz entre o cidadão e a Administração Pública, na busca de soluções para conflitos que não tenham processos formalizados na justiça. Por meio da Ouvidoria, o cidadão pode exercer os seus direitos, registrando manifestações de:

16

- Elogios;
- Sugestões;
- Reclamações;
- Solicitações de Serviços;
- Denúncias.

**OUVIDORIA é um órgão
Que ESCUTA O
CIDADÃO:
Perguntas e elogios,
E até reclamação!
É você dando "PITACO",
Tendo participação!**

**Autores: Julie Oliveira,
Rouxinol e Klévisson
Viana.**

Ouvidoria

Pela internet:

www.ceartransparente.ce.gov.br

E-mail: ouvidoria.geral@cge.ce.gov.br

Pelas Redes Sociais:

Twitter: [@cgeceara](https://twitter.com/cgeceara)

Facebook: www.facebook.com/cgeceara

Instagram: [@cgeceara](https://www.instagram.com/cgeceara)

17

Pela Central de Atendimento Telefônico:

Número 155 (ligação gratuita)

Atendimento Presencial:

O Governo do Estado também dispõe de um Ouvidor Setorial em cada Órgão e Entidade do Poder Executivo para atender você, presencialmente.

O Plano Plurianual - PPA Participativo e Regionalizado

É o processo no qual a sociedade tem a oportunidade de opinar, debater, priorizar investimentos e definir questões importantes que envolvem as despesas públicas. A população elege as obras e ações prioritárias que devem ser incluídas na proposta orçamentária. A partir dessas decisões, o dinheiro público gera uma série de benefícios para a população. Na plataforma Ceará Transparente é possível participar no processo de construção do PPA regionalizado votando nas estratégias que você deseja que o governo priorize nos próximos quatro anos.

18

Exemplos de benefícios gerados com o dinheiro público: hospitais, remédios, Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, Policlínicas, campanhas de vacinação, creches, escolas, merenda escolar, bibliotecas, transporte escolar, escolas profissionalizantes, moradia, saneamento básico, estradas, praças, centros comunitários, vilas olímpicas, quadras de esporte, centros culturais, transporte público, Seguro-Safra, segurança pública, etc.

PPA, LDO e LOA (leis orçamentárias):

Tem a sigla PPA
Que é Plano Plurianual
Que durante quatro anos
Segue como um manual
Ele estabelece metas
Ao Governo Estadual.
Já a sigla LDO
Eu digo e não há engano:
É a Lei de Diretrizes
Orçamentárias, no ano
Defi ne prioridades
Traça metas e faz plano.
LOA é Lei Orçamentária
Anual, fi que informado:
Mostra receitas e despesas
Recorrentes ao nosso Estado
E como cada programa
De governo foi orçado.

Conselho de Políticas Públicas e Conferências

Os conselhos são órgãos colegiados criados por lei. São formados por representantes do Poder Público e da sociedade e têm por finalidade principal garantir o controle social e a gestão democrática das políticas e dos serviços públicos, envolvendo o planejamento e o acompanhamento de cada uma das ações realizadas. São exemplos de conselhos: Conselho das Cidades, Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Saúde, Conselho de Educação, Conselho da Juventude, Conselho da Assistência Social, Conselho do Idoso, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho da Mulher e o Conselho de Controle Social do Bolsa Família.

20



As Conferências, por sua vez, são reuniões amplas e democráticas de discussão coletiva com a participação do Governo e da sociedade civil organizada para debater e decidir sobre as prioridades das políticas públicas para um período de governo. No Brasil, já foram debatidas políticas públicas de Saúde, Educação, Assistência Social e Juventude, dentre outras.

Uma conferência acontece em níveis municipal, estadual e nacional. No município, as pessoas discutem e elaboram propostas de políticas relacionadas ao tema da Conferência, posteriormente enviadas à etapa estadual. Além disso, devem eleger aqueles que irão lhes representar na próxima etapa – os chamados delegados. Nas conferências estaduais, são eleitas as propostas que serão enviadas à etapa nacional e novos delegados são escolhidos pelos participantes. Por fim, na Conferência Nacional, escolhem-se as propostas finais daquela Conferência.

21



Somente o cidadão faz o controle das políticas e ações do governo? Não.

Encontrou um problema e não quer procurar diretamente o prestador do serviço público? É para isso que existem os órgãos de Controle Institucional.

ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO

FEDERAL

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU

ESTADUAL

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ - CGE

MUNICIPAL

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO

FEDERAIS

CONGRESSO NACIONAL - CN

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

ESTADUAIS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - ALEC

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - MPE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ - TCE

MUNICIPAIS

CÂMARAS MUNICIPAIS

22

O que é CONTROLE INTERNO?

Explico, preste atenção:

É um conjunto de normas

Na administração,

Que avalia dos gestores

A eficiência de ação...

Esse Controle é “pai d’égua”,

Pois em seus procedimentos

Garante a execução

De metas e orçamentos,

Evitando erros e perdas

E os desvios fraudulentos!

Ficha Técnica

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO NETO

24

TEXTO ORIGINAL

ROSÂNGELA ARAÚJO DA SILVA

ATUALIZAÇÃO

JOÃO ÍTALO QUEIROZ MENDES

REVISÃO

COMITÊ EXECUTIVO DA CONTROLADORIA E
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

A lição do pinto

Antônio Gonçalves da Silva (Patativa do Assaré)

Vamos meu irmão
a grande lição
vamos aprender,
é belo o instinto
do pequeno pinto
antes de nascer

O pinto prisioneiro
prá sair do cativoiro
vive bastante a lutar
bate o bico, bate o bico,
bate o bico, tico, tico
prá poder se libertar

O pinto dentro do ovo
está ensinando ao povo
que é preciso trabalhar,
bate o bico, bate o bico
bate o bico, tico, tico
prá poder se libertar

Se direito temos
todos nós queremos
liberdade e paz,
no direito humano
não existe engano
todos são iguais

Vamos minha gente
vamos prá frente
arrastando a cruz,
Atrás da verdade
da fraternidade
que pregou Jesus

O pinto dentro do ovo
aspirando um mundo novo
não deixa de beliscar,
bate o bico, bate o bico,
bate o bico, tico, tico
prá poder se libertar



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*



www.cge.ce.gov.br | www.cearatransparente.ce.gov.br

 @cgeceara  www.facebook.com/cgeceara  @cgeceara